

“QUEM É ESPIRITUAL DISCERNE TODAS AS COISAS”: O SENTIDO DE ILUMINAÇÃO EM AGOSTINHO E A RELAÇÃO COM O PENSAMENTO PAULINO¹

Marcone Felipe Bezerra de Lima²

José Tadeu Batista de Souza³

Resumo

Segundo santo Agostinho, a inteligibilidade humana foi criada no princípio sem culpa, ou seja, sem nenhum vício, isso significa que o entendimento acerca do divino era direto, axiomático. Entretanto, a atual, descendente de Adão e sua soberba, tornou-se cega para as questões espirituais. Assim, tem-se, agora, a necessidade de uma iluminação intelectual, que será resultante no processo interiorizável, pela mediação da encarnação do Verbo Divino – a Luz do mundo. Destarte, o objetivo, aqui, traçado busca refletir acerca da epistemologia do sagrado a partir do pensamento agostiniano e paulino – o que se considera como uma mente espiritual?

Palavras-chave: Intelecto natural. Intelecto espiritual. Iluminação. Santo Agostinho. Apóstolo Paulo.

1 INTRODUÇÃO

Qual o significado desta tese do Apóstolo Paulo: “quem é espiritual discerne todas as coisas, e ele mesmo por ninguém é discernido” (1Co 2,15)? O que causou o anuviar espiritual da mente? Qual e como solucionar esse problema de cunho cognitivo-espiritual? Santo Agostinho, que fundamentou

¹ Este trabalho faz parte de nossa pesquisa de doutoramento em Ciências da Religião (UNICAP) a qual é financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

² Doutorando em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP); mestre em Filosofia (UNICAP); graduado em Letras (UNIVISA) e Teologia (FATIN). Participa, desde 2018, do grupo de Estudos em Filosofia Medieval sob coordenação do professor Marcos Roberto Nunes Costa (UFPE). E-mail: marconefelipe25@hotmail.com.

³ Doutorado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor Adjunto III da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e dos Programas de Pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Ciências da Religião e Filosofia (Mestrado). E-mail: jose.tadeu@unicap.br.

o sentido de iluminação, principalmente, por meio do pensamento paulino, dirá, inicialmente que

[...] com razão, a Escritura fixou a soberba como o início de todo pecado, ao dizer: A soberba é o início de todo pecado. Ajusta-se adequadamente a este testemunho o que o Apóstolo diz: A raiz de todos os males é a avareza, se entendermos avareza em geral, pela qual se apetece algo mais do que convém, em razão de sua excelência, e um certo amor do que lhe é próprio, ao qual a língua latina aplicou com sabedoria um termo, denominando-o 'próprio' (*privatum*), o qual aparece mais no sentido de detrimento que de crescimento. Com efeito, toda privação implica diminuição. Daí que a soberba quer destacar-se, daí é empurrada para a angústia e a indignação, quando se volta do comum para o próprio pelo amor funesto de si mesmo [...] (Agostinho, 2005, p. 240).

A interioridade e seus desdobramentos como iluminação, fé e razão perfazem o itinerário agostiniano, assim, são elementos definidores, valorativos da experiência espiritual. Dessa forma, percorreremos os argumentos tecidos por Santo Agostinho junto à hermenêutica paulina a fim de entendermos o sentido de espiritualidade.

2 O OBSCURECIMENTO DA MENTE ESPIRITUAL PELA SOBERBA

Tudo o que Deus faz é bom, benevolente, benigno, bem-intencionado, indulgente – “E Deus viu tudo o que havia feito, e tudo havia ficado muito bom. Passaram-se a tarde e a manhã; esse foi o sexto dia” (Gn 1,31); assim, a inteligibilidade do fenômeno religioso também era boa, pois era resultante da criação divina – “Então disse Deus: ‘Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança’” (Gn 1,26). Entretanto, conforme Agostinho:

O pecado corrompeu a natureza humana, criada por Deus sem nenhum vício. A natureza do homem foi criada no princípio sem culpa e sem nenhum vício. Mas a atual natureza, com a qual todos vêm ao mundo como descendentes de Adão, tem agora necessidade de médico devido a não gozar de saúde. O sumo Deus é o criador e autor de todos os bens que ela possui em sua constituição: vida, sentidos e inteligência. O vício, no entanto, que cobre de trevas e

enfraquece os bens naturais, a ponto de necessitar de iluminação e de cura, não foi perpetrado pelo seu Criador, ao qual não cabe culpa alguma. Sua fonte é o pecado original que foi cometido por livre vontade do homem. Por isso, a natureza sujeita ao castigo atrai com justiça a condenação. Se agora somos nova criatura em Cristo, contudo éramos por natureza, como os demais, filhos da ira. Mas Deus, que é rico em misericórdia, pelo grande amor com que nos amou, quando estávamos mortos em nossos delitos, nos vivificou com Cristo — pela graça fostes salvos! (Ef 2,3-5) (Agostinho, 1998, p. 74).

Para Agostinho, o pecado escureceu a visão do homem, deixando-o cego, fazendo-se necessária a iluminação: “O vício, no entanto, que cobre de trevas e enfraquece os bens naturais, a ponto de necessitar de iluminação e de cura, não foi perpetrado pelo seu Criador, ao qual não cabe culpa alguma”. Nas *Confissões*, o doutor da Graça argumenta

[...] eu, miserável, o que foi que amei em ti, furto meu, noturno delito dos meus dezesseis anos? Não eras belo, pois eras roubo! Mas, realmente és alguma coisa, para que eu possa dirigir-me a ti? As peras que roubamos, sim, eram belas, por serem criaturas tuas, ó Deus bom, criador de toda beleza, sumo bem e meu verdadeiro bem. Sim, eram belas aquelas frutas, mas não era a elas que minha alma infeliz cobiçava, eu as possuía em abundância e melhores. **Eu as colhi somente para roubar, e uma vez colhidas atirei-as fora saciar-me apenas com a minha maldade**, saboreada com alegria. Se alguma tocou meus lábios, foi o meu crime que me deu sabor. E agora, Senhor meu Deus, **procuro o que me seduziu nesse furto**. Não possuo beleza alguma. E não falo da beleza que reside na justiça ou na sabedoria, nem da beleza da inteligência humana, da memória, dos sentidos e de toda a vida vegetativa, nem da beleza das estrelas na harmonia do firmamento, nem da beleza da terra e do mar, cheios de vidas que nascendo tomam o lugar dos mortos. E tampouco falo da beleza limitada e ilusória dos vícios sedutores. **A soberba quer imitar a grandeza**, enquanto somente tu és o Deus altíssimo que estás sobre todas as coisas (Agostinho, 1997, p. 57-58).

Nesse trecho, Agostinho narra o roubo das peras aos dezesseis anos, porém revela que agora não o fez pela beleza (sedução) e nem por necessidade, pois diz: “Eu as possuía em abundância e melhores”, logo

pergunta-se: o que o motivou tal prática? Ele responde: “a soberba”. Segundo Vargas acerca da soberba em Agostinho:

Seguindo o esquema da tripartição da filosofia em três áreas, que Agostinho utilizou em diálogo com a filosofia neoplatônica, a soberba deve ser entendida, com referência ao primeiro elemento das tríades, o ser, como uma usurpação. Para o desenvolvimento deste tema Agostinho encontrou no texto de Filipenses 2,6-11, como já vimos, um referencial bíblico fundamental: assim como Cristo não se apegou ao seu ser Deus, que ele possuía por ter a mesma natureza de Deus, enquanto Verbo, Adão, ao contrário, quis usurpar o ser de Deus, que não lhe pertencia por natureza. A usurpação significa, portanto, um ato de roubo, um querer extorquir o que pertence a outro, um apropriar-se de algo que não lhe é próprio. Em sua origem, com efeito, no pecado de Adão, a soberba é apresentada como um ‘apetecer, como algo devido, e reivindicar para si o que *propriamente* se deve unicamente a Deus’. Adão, sendo homem, não se contenta com aquilo que lhe é próprio e pretende extorquir o que é alheio, que pertence a outro, a divindade. Confirmando essa imagem do roubo, Agostinho fala, no *De Sancta Virginitate*, do ‘ladrão da soberba’, que pretende arrombar a casa da virgem para roubar-lhe o precioso dom da virgindade, que, por sua vez, só pode ser custodiado pela caridade, por meio do dom da humildade. Da mesma forma, no livro II das *Confessionum* apresenta o relato do roubo de algumas peras em sua própria experiência de adolescente como uma metáfora do pecado original (2014, p. 128-129).

Conforme Vargas, um dos significados de soberba em Agostinho seria roubo, usurpação, ou seja, apossar-se de algo que não é lícito, não pertencente. Isso é representado em Adão que deseja algo não permitido por Deus, diferentemente de Jesus que deixou tudo o que era seu por meio da subserviência segundo a carta de Paulo (no caso, a de Filipenses); depois, pelo ladrão que tenta roubar o dom virginal – “do ‘ladrão da soberba’, que pretende arrombar a casa da virgem para roubar-lhe o precioso dom da virgindade (*Ibid.*)” e, posteriormente, destaca o furto das peras, confirmando, assim, esse sentido de soberba

eu, miserável, que frutos colhi das ações que cometi então e que agora recordo envergonhado, especialmente daquele

furto que me satisfizes pelo furto em si e nada mais? De fato, ele em si nada valia, e por isso me tornei ainda mais miserável! No entanto, eu não o teria praticado, se estivesse sozinho. Lembro-me bem do meu estado de alma: sozinho não o teria feito absolutamente. Portanto, amei também no furto a companhia daqueles com quem o cometi; daí não ser verdade ter amado apenas o furto em si. Não, não amei mais nada, pois a cumplicidade não é mais um nada. O que será ela na realidade? Quem me pode responder senão aquele que me ilumina o coração e lhe dissipa as trevas? Por que me ocorreu indagar, discutir, analisar estes fatos? Se eu tivesse na ocasião desejado de fato aqueles frutos que roubei, e com eles me tivesse regalado, poderia tê-los roubado sozinho. Poderia ter cometido a iniquidade, satisfazendo o meu desejo, sem necessidade de estimular, por outras companhias, o prurido de minha cobiça. **O fato é que não eram os frutos que me atraíam, mas a ação má que eu cometia** em companhia de amigos que comigo pecavam (Agostinho, 1997, p. 61).

O hiponense explica que ao lembrar desse furto, surge a vergonha: “Eu, miserável, que frutos colhi das ações que cometi então e que agora *recordo envergonhado*”, do latim *verecundia* sentimento de humilhação pelo fato de cometer, racionalmente, alguma falta – o pecado. Assim, essa racionalidade demonstra a ação responsiva do próprio homem.

3 A ESPIRITUALIDADE RESULTANTE DA ILUMINAÇÃO

Veja-se o texto paulino que serviu como base para essa temática:

Pois, quem dentre os homens conhece as coisas do homem, a não ser o espírito do homem que nele está? Da mesma forma, ninguém conhece as coisas de Deus, a não ser o Espírito de Deus.

Nós, porém, não recebemos o espírito do mundo, mas o Espírito procedente de Deus, para que entendamos as coisas que Deus nos tem dado gratuitamente.

Delas também falamos, não com palavras ensinadas pela sabedoria humana, mas com palavras ensinadas pelo Espírito, interpretando verdades espirituais para os que são espirituais.

Quem não tem o Espírito não aceita as coisas que vêm do Espírito de Deus, pois lhe são loucura; e não é capaz de entendê-las, porque elas são discernidas espiritualmente.

Mas quem é espiritual discerne todas as coisas, e ele mesmo por ninguém é discernido; pois “quem conheceu a mente do Senhor para que possa instruí-lo?”. Nós, porém, temos a mente de Cristo (1Co 2,11-16).

Assim, o Apóstolo Paulo explica a condição para a espiritualidade: o recebimento do Espírito Santo – “Nós, porém, não recebemos o espírito do mundo, mas o Espírito procedente de Deus, para que entendamos as coisas que Deus nos tem dado gratuitamente” (v.12). A expressão “não recebemos o espírito do mundo” refere-se às obras pecaminosas da natureza humana dominada pelo pecado:

Pergunto agora: quando a natureza perdeu a liberdade pela qual o Apóstolo almeja: Quem me libertará?, ele não acusa a carne, como um ser substancial, ao dizer que deseja se libertar deste corpo de morte, visto que tanto a natureza do corpo como a da alma foram criadas por Deus, que é bom. Refere-se às inclinações pecaminosas do corpo. Pois a morte corporal liberta-o do corpo, mas levamos inerentes os vícios contraídos mediante o corpo, aos quais é devido o justo castigo que aquele rico recebeu no inferno (Lc 16,22-26).

Conclui-se que não se podia libertar por si mesmo aquele que clama: Quem me libertará deste corpo de morte? Contudo, onde quer que tenha perdido a liberdade, aquela possibilidade é inseparável da natureza, tem a eficácia mediante uma ajuda natural e tem o querer mediante o livre-arbítrio? Por que então procura o sacramento do batismo? Talvez por causa dos pecados passados e assim sejam perdoados somente os que não podem ser anulados?

Deixa o homem em paz e deixa que clame conforme clamava. Pois não somente deseja livrar-se do castigo ao ser perdoado com relação aos pecados passados, mas quer ser forte e eficaz para não mais pecar. Ele valoriza a lei do Senhor segundo o homem interior, mas percebe outra lei em seus membros que se rebela contra a lei da razão. Percebe que é, não se recorda do que foi; preocupa-se com o presente e não traz à memória o passado. Não percebe somente uma lei que se revolta contra a lei da razão, mas que o escraviza na lei do

pecado, que está em seus membros, não que esteve. Por isso clama: Infeliz de mim! Quem me libertará deste corpo de pecado? Deixa-o rezar, deixa-o implorar a ajuda do Médico todo-poderoso. Porque contradizê-lo? Por que importuná-lo? Por que querem proibir ao miserável implorar a misericórdia de Cristo? E isso o fazem homens cristãos? Caminhavam também com Cristo os que proibiam ao cego que pedia a recuperação da vista com grandes gritos. Mas Jesus ouviu seu clamor em meio ao tumulto dos manifestantes. Por isso recebeu a resposta: Graças sejam dadas a Deus por Jesus Cristo Senhor nosso (Agostinho, 1998, p. 109-110).

Assim, o hiponense confirma a necessidade contínua da graça. Ainda pergunta, se o homem pode libertar-se por sua própria vontade descartando a Graça “Por que então procura o sacramento do batismo?”, ou seja, fica claro o argumento de Agostinho em declarar que se passamos pelo batismo do arrependimento, logo não se pode alcançar a salvação sem a dependência divina, pois o batismo foi instituído por Deus e confirmado por Jesus quando foi batizado por João confirmando sua pregação (Mt 3,1-17). Isso significa que a espiritualidade dá-se num processo interior, pois o Espírito Santo convenceria o espírito humano, e o Espírito Santo só viria depois da ascensão após sua ressurreição – “Mas eu lhes afirmo que é para o bem de vocês que eu vou. Se eu não for, o Conselheiro não virá para vocês; mas se eu for, eu o enviarei. Quando ele vier, convencerá o mundo do pecado, da justiça e do juízo” (Jo 16,7-8).

Agostinho elucida sobre o valor do Evangelho como luz:

A fonte e luz das boas obras. Esta última consideração mantém em guarda os filhos dos homens, que confiam na proteção das asas de Deus, e se inebriem com a abundância de sua casa e se dessedentem na torrente de suas delícias. Pois, nele está a fonte da vida e na sua luz veremos a Luz, e ele estende sua misericórdia sobre os que o conhecem e sua justiça sobre os retos de coração. E ele estende sua misericórdia não porque o conhecem, mas para que o conheçam. E ele estende sobre eles sua justiça, com a qual justifica o ímpio, não porque são retos de coração, mas para que sejam retos de coração (Rm 4,5).

Esta consideração não provoca a soberba, vício que

desabrocha quando alguém confia demasiado em si mesmo e se arvora em independente em sua vida. A soberba causa seu afastamento da fonte da vida, em cujas águas se vive a justiça, ou seja, a vida santa, e também da Luz imutável, a cuja aproximação a alma racional se acende de certo modo e faz com que seja ela mesma uma luz criada e finita. Assim era João, facho que arde e ilumina, o qual reconhecia de onde procedia sua luz. Ele diz: De sua plenitude todos nós recebemos. De quem, a não ser daquele perante o qual João não era luz? Pois, ele era a luz verdadeira que, vindo ao mundo, ilumina todo homem (Jo 1,16.9).

Por isso, depois de o salmista dizer: Conserva a tua graça aos que te adoram, e a tua equidade aos que têm o coração reto, acrescenta: Não venha sobre mim o pé do soberbo, e a mão do pecador não me comova. Eis que caíram os que cometem a iniquidade: foram derrubados e não se puderam levantar mais (Sl 36,11-12). Com efeito, esta impiedade, que leva alguém a atribuir a si o que é de Deus, precipita-o em suas trevas, ou seja, nas obras da iniquidade. Pois estas obras, ele as faz e é capaz por si mesmo de as fazer. Não faz, porém, as obras da justiça, a não ser aproximando-se da fonte e da luz, na qual não existe indigência de vida e na qual não há mudança nem sombra de variação (Tg 1,17) (Agostinho, 1998, p. 25).

Santo Agostinho enfatiza que a Luz divina surgiu como fonte para a iluminação da razão humana a fim de que a Graça alcançasse a raça humana: “A soberba causa seu afastamento da fonte da vida, em cujas águas se vive a justiça, ou seja, a vida santa, e também da Luz imutável, a cuja aproximação a alma racional se acende de certo modo e faz com que seja ela mesma uma luz criada e finita”. Agostinho também define o Verbo como a Verdade que ilumina:

A encarnação e o conhecimento da verdade. E a luz brilha nas trevas, mas as trevas não a apreenderam (Jo 1,5). As trevas são as mentes dos homens insensatos, cegadas pelas más concupiscências e pela infidelidade. Foi para as curar e sarar que o Verbo, pelo qual tudo foi feito, se fez carne e habitou entre nós (Jo 1,14). Pois nossa iluminação é uma participação no Verbo, isto é, àquela vida que é a luz dos homens. A imundície de nossos pecados tornava-nos menos idôneos ou totalmente inábeis a essa participação. Devíamos,

portanto, ser purificados. Ora, a única purificação eficiente para os iníquos e os soberbos é o sangue do justo e a humildade de Deus. Para chegarmos à contemplação de Deus — o que não podemos conseguir pela natureza — devíamos ser purificados por aquele que se fez o que somos por natureza, e o que somos pelo pecado. Com efeito, não somos Deus por natureza; somos homens; e não somos justos devido ao pecado. Assim, Deus feito homem justo, intercede junto a Deus pelo homem pecador. Se o pecador não se coaduna com o justo, há, contudo, harmonia entre o homem e homem. Acrescentando, pois, a nossa semelhança de sua humanidade o Filho de Deus despiu-nos da dessemelhança de nosso pecado. E tornando-se participante de nossa mortalidade, fez-nos participantes de sua divindade.

A morte do pecador, merecida pela condenação, foi expiada pela morte do justo, dádiva de sua misericórdia. Assim, a simplicidade de Deus harmonizou-se com nossa duplicidade. Em toda união, ou se for melhor dizer, em toda harmonia na criação, é de imenso valor essa concordância, conciliação ou correspondência, ou que se empregue outro termo mais adequado que signifique a relação do uno com o duplo. Quis referir-me com essa concordância ao que os gregos denominam ‘*armonía*’, termo este que só agora me ocorre. Mas não é esta a ocasião para discorrer sobre a importância dessa concordância do simples com o duplo, a qual se encontra em nós e forma parte de nossa natureza. E por quem foi em nós inserida, senão por aquele que nos criou? É-nos tão infusa essa harmonia que até os ignorantes a percebem quando cantam ou ouvem cantar. Pois ela harmoniza as vozes agudas e graves de tal modo que na sua falta, muito se ofende não somente a arte, da qual não há muitos peritos, mas também o próprio sentido da audição. Para demonstrá-lo seriam necessárias longas dissertações, mas por outro lado essa harmonia pode facilmente ser percebida pelo próprio ouvido de quem conhece a arte de tocar um monocórdio (Agostinho, 1995, p. 95-96).

O que Agostinho quer explicar é o sentido da Encarnação do Verbo: “acrescentando, pois, a nossa semelhança de sua humanidade o Filho de Deus despiu-nos da dessemelhança de nosso pecado”, Jesus assumiu a

natureza humana a fim de remi-la. O homem, por ser constituído de razão, reflete e, assim, age livremente. Entretanto, é evidente que para Agostinho, o homem precisa ser iluminado para poder, pela fé, tomar a decisão e ser liberto. Agostinho define iluminação como uma relação instantânea entre Deus e o intelecto humano, ou seja, a presença de Deus no nosso ato de pensar. A potência última do intelecto. Para tanto, Agostinho extrai três significados para luz – iluminação:

A associação da luz com o Filho é reafirmada por Agostinho também no contexto da salvação. Ele atribui três sentidos para 'luz': a luz sensível, a luz na qual Deus habita e a luz que provém desta. Com efeito, 'luz' comumente significa a luz que vemos mediante os olhos corporais; porém há outra luz, 'na qual Deus estava antes de fazer aquela luz' [...]. Dessa luz primordial 'na qual Deus habita' [...] provém uma outra de natureza não sensível, acerca da qual o Evangelho afirma: 'Era a luz verdadeira, pois ilumina todo o homem que vem a este mundo' [...]. Que luz é esta? A luz solar não ilumina o homem todo, apenas seus olhos e seu corpo; ademais, não se trata de uma luz especialmente direcionada ao homem, pois as águias superam-no na habilidade de vê-la. Portanto, a menção à luz que ilumina todo o homem não se restringe àquela percebida pelos sentidos corporais, comuns a todos os animais, racionais ou não. A luz referida em João 1,9 ilumina a razão de todos os homens e nutre os corações puros dos que acreditam em Deus e são convertidos, afastando-se do amor pelas coisas corporais e temporais para cumprirem preceitos divinos. Tal luz incide sobre a razão, é própria para o conhecimento, e ilumina o coração, direcionando a vontade e tornando-a o amor do que deve ser amado. Neste sentido, o Verbo se fez carne e converteu os homens, que se deformavam afastando-se de Deus e se prendiam ao amor dos seres corporais. A partir da intervenção do Filho-Verbo, fazendo-se carne, os homens podem se converter para formar-se para formar-se perfeitamente de acordo com as prescrições divinas. [...] a intervenção divina na criação do homem e, em particular, do Filho em sua formação como uma iluminação de ordem cognosciva e moral (Ayoub, 2011, p. 40-41).

Dos três sentidos acerca da iluminação, o que se relaciona à interioridade é o terceiro – “A luz referida em João 1,9 ilumina a razão de todos os homens”, essa luz é introduzida na alma humana pela mediação da

encarnação do Verbo Divino – Jesus.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o Apóstolo Paulo “quem não tem o Espírito não aceita as coisas que vêm do Espírito de Deus, pois lhe são loucura; e não é capaz de entendê-las, porque elas são discernidas espiritualmente” (1Co 2,14). Dessa forma, uma mente espiritual, além de entender o que é espiritual, pratica o que é espiritual, fazendo, assim, a Vontade do Espírito Santo. E, para tanto, faz-se necessária a iluminação por meio da Luz do mundo – “Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo” (Mt 16,16).

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. *A graça (I): O espírito e a letra; A natureza e a graça; A graça de Cristo e o pecado original*. São Paulo: Paulus, 1998.

AGOSTINHO, Santo. *A Trindade*. São Paulo: Paulus, 1995.

AGOSTINHO, Santo. *Comentário ao Gênesis*. São Paulo: Paulus, 2005.

AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. São Paulo: Paulus, 1997.

AYOUB, Cristiane Negreiros Abbud. *Iluminação trinitária em Santo Agostinho*. São Paulo: Paulus, 2011.

BÍBLIA SAGRADA. *Bíblia de Estudo Thomas Nelson: Nova Versão Internacional*. 1. ed. São Paulo: Thomas Nelson Brasil, 2021. 2718 p

VARGAS, W. J. *Soberba e humildade em Santo Agostinho*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.